ARTIGO 3.º

O capital social é de cinco mil euros, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas iguais do valor nominal de dois mil e quinhentos euros cada uma e uma de cada sócia.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade compete aos gerentes, sócios ou não sócios, a nomear em assembleia geral, com ou sem remuneração conforme aí for deliberado.

2 — Para vincular a sociedade é suficiente a intervenção de um gerente.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

4 — Ficam desde já nomeadas gerentes, as sócias.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita não autorizada;
- c) Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;
- d) No caso de morte de sócio a quem não sucedam herdeiros legítimos;
- e) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;
- f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;
- g) Por exoneração ou exclusão de um sócio;
- h) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade, tomado por maioria, em assembleia geral.

2 — Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou terceiros.

3 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

4 — Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias, a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar, de entre eles, um representante comum.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

5 de Junho de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Maria Olívia de Sousa Rebelo*.
3000218376

MIMOSA DE ALVALADE — INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VESTUÁRIO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 09095/000518; identificação de pessoa colectiva n.º 504969803; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 12/000518.

Certifico que, foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo contrato, cujo extracto é o seguinte, e foi constituída por João Almeida Martins, casado natural de freguesia de Minde, concelho de Alcanena, residente em Minde, Alcanena, outorga na qualidade de administrador único e em representação da sociedade anónima PROBARRA — Imobiliária, S. A., com sede na Urbanização da Portela, Rua de Diogo Cão, lote 46, 7, 11.º, esquerda, freguesia da Portela, Loures, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de Loures, sob o n.º 16 329, com o capital social de cinquenta mil euros, no uso dos poderes que lhe advêm do próprio pacto social da dita sociedade, Pedro Gil Simões Carvalho, casado, natural da freguesia de Min-

de, concelho de Alcanena, residente em Minde, Alcanena, outorga na qualidade de administrador único, e em representação de sociedade anónima, R. M. Carvalho, S. A., com sede na Urbanização da Portela, Rua de Diogo Cão, 7, lote 46, 4.º, esquerdo, freguesia de Portela, Loures, matriculada na 1.ª Conservatória do Registo Comercial de Loures, sob o n.º 16 330, com o capital social de cinquenta mil euros, no uso dos poderes que lhe advêm do pacto social da própria sociedade de Joaquim Jorge Alho, casado, natural da freguesia de Atouguia, concelho de Ourém, residente em Minde, Alcanena, outorga na qualidade de administrador único e em representação da sociedade anónima Tiago & Jorge, S. A., com sede na Rua Nova do Almada, 95, 5.º C, freguesia dos Mártires, concelho de Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção, sob o n.º 10 052, com o capital social de cinquenta mil euros, no uso dos poderes que lhe foram conferidos no próprio pacto social da dita sociedade.

Documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º do Código do Notariado e que fica a fazer parte integrante da escritura lavrada fl. 38, do livro n.º 50-F, do 2.º Cartório da Secretaria Notarial de Tomar.

Pacto social

1.º

A sociedade adopta a firma Mimosa de Alvalade — Indústria e Comércio de Vestuário, L.^{da}, e tem a sua sede na Avenida da Igreja, 28-C, em Lisboa, freguesia de São João de Brito e concelho de Lisboa.

1 — A gerência da sociedade poderá mudar a sua sede dentro do mesmo concelho ou para qualquer outro concelho do território nacional, bem como abrir sucursais, filiais ou quaisquer outras formas de representação social, dentro e fora do território nacional.

2.º

O objecto da sociedade consiste na indústria e comércio de artigos de vestuário.

1 — A sociedade poderá, em qualquer momento, adquirir ou deter livremente participações no capital de outras sociedades, com objecto igual ou diferente do seu, ou regulamentadas por lei especial, ou participar directamente na sua constituição.

3.º

O capital social é de quinze mil euros e corresponde à soma de três quotas de cinco mil euros cada uma e assim distribuídos, uma pertencente ao sócio PROBARRA — Imobiliária, S. A., outra pertencente ao sócio Tiago & Jorge, S. A., e outra ao sócio, R. M. Carvalho, S. A. § único. O capital encontra-se realizado em metade, devendo o restante ser deliberado no prazo de doze meses.

4.º

Os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela carer, assim como poderão ser exigíveis prestações suplementares de capital de acordo com as disposições deliberadas em assembleia geral.

5.º

A cessão de quotas é livremente permitida entre os sócios, dependendo de autorização da sociedade a cessão a estranhos.

1 — A sociedade terá um ou mais gerentes, a eleger em assembleia geral, com ou sem remuneração, conforme for deliberado.

2 — A sociedade considera-se validamente obrigada em todos os actos e contratos com a assinatura de um gerente.

3 — Ficam desde já designados gerentes, os senhores, João Almeida Martins, Pedro Gil Simões Carvalho e Joaquim Jorge Alho.

4 — É expressamente proibido aos gerentes vincular a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, designadamente em letras de favor, fianças, cheques ou outros semelhantes.

7.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota:

- a) Em caso de insolvência ou falência do sócio titular;
- b) Arresto, arrolamento ou penhora judicial;
- c) Venda ou adjudicações judiciais.

§ único. A amortização da quota torna-se eficaz, mediante o depósito no banco Mello S. A., agência de Minde, da importância correspondente ao valor da quota, calculado através de um balanço especificamente realizado para esse fim.

8.º

Os gerentes ficam desde já autorizados a movimentar o montante do depósito relativo ao capital social, para ocorrer às despesas de

constituição e registo da sociedade e bem assim para a aquisição de bens de equipamento.

14 de Junho de 2000. — A Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*.
3000218388

LOURES

FERNANDO M. SILVA & FILHO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Loures. Matrícula n.º 12 120; identificação de pessoa colectiva n.º 503435392; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 10/950601.

Certifico que por escritura de 7 de Abril de 1995, exarada de fls. 1 v.º a 3 do livro n.º 102-G do 4.º Cartório Notarial de Lisboa, foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

1.º

1 — A sociedade adopta a firma Fernando M. Silva & filho, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua dos Bombeiros Voluntários, 13, cave esquerda, na freguesia de Odivelas, concelho de Loures.

2 — Por simples deliberação da gerência, a sede social pode ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe e criar ou encerrar filiais, sucursais, estabelecimentos ou outras formas de representação, em qualquer ponto do País.

2.º

O objecto da sociedade consiste na reparação técnica de máquinas electrónicas, caixas registadoras, fiambreiras, serra-ossos, picadoras de carnes moínhos de café e outras, compra, venda e troca das mesmas.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro é de quatrocentos mil escudos e corresponde à soma de duas quotas iguais do valor nominal de duzentos mil escudos cada, pertencentes uma a cada um dos sócios Fernando José Simões da Silva e Fernando Mendes da Silva.

4.º

1 — A gerência da sociedade, dispensada de caução e remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, pertence ao sócio Fernando José Simões da Silva desde já nomeado gerente, sendo necessário a sua assinatura para obrigar a sociedade nos seus actos e contratos.

2 — É expressamente vedado ao gerente obrigar a sociedade em quaisquer actos ou contratos que lhe seja estranho, nomeadamente abonações, fianças, avales e letras de favor.

5.º

A cessão, total ou parcial de quotas entre cônjuges, ascendentes, descendentes e entre sócios é livre, mas a estranhos, fica dependente do consentimento da sociedade e dos restantes sócios, tendo direito de preferência a sociedade em primeiro lugar e os sócios em segundo.

6.º

A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio:

- Por acordo com o seu titular;
- Quando a quota tiver sido objecto de arresto, arrolamento ou penhora;
- No caso de venda ou adjudicação judicial.
- Por insolvência ou falência do titular da quota.

7.º

As reuniões da assembleia geral serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de quinze dias, salvo diversa imposição legal de forma ou de prazo.

Está conforme o original.

14 de Janeiro de 2000. — A Ajudante, *Maria Emília Gonçalves*.
3000218252

SOLCASA — COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA, C. R. L.

Conservatória do Registo Comercial de Loures. Matrícula n.º 00035/861215; identificação de pessoa colectiva n.º 500695202; inscrição n.º 8; número e data da apresentação: 05/20000518.

Certifico que por escritura de 18 de Novembro de 1999, fl. 121 do livro n.º 200-M do 21.º Cartório Notarial de Lisboa, foram alterados os estatutos que passam a ter a seguinte redacção:

Estatutos

CAPÍTULO I

Disposições gerais

ARTIGO 1.º

Denominação

Com a denominação de SOLCASA — Cooperativa de Habitação Económica C. R. L., é constituída uma cooperativa de responsabilidade limitada, regendo-se pelos presentes estatutos, pelo Código Cooperativo e demais legislação específica aplicável, designadamente pelo Decreto-Lei n.º 737-A/74, de 23 de Dezembro, em matéria fiscal.

ARTIGO 2.º

Ramo, sede e delegação

A Cooperativa tem a sua sede no Bairro Solcasa, em Bucelas. O desenvolvimento das suas actividades são predominantemente no ramo da construção e habitação, sem prejuízo de subsidiariamente e para satisfação das necessidades dos seus membros, prosseguir actividades próprias de outros ramos.

ARTIGO 3.º

Duração e âmbito territorial

A duração da Cooperativa é por tempo indeterminado, desde a data da sua constituição em 28 de Julho de 1977 e o âmbito territorial de actuação abrange o concelho de Loures.

ARTIGO 4.º

Fins

Em obediência aos princípios cooperativos, a Cooperativa visa através da cooperação e entre-ajuda dos seus membros, a satisfação sem fins lucrativos, das suas necessidades habitacionais e de outras com estas conexas, sem prejuízo da realização complementar de operações com terceiros.

ARTIGO 5.º

Objecto social

1 — A cooperativa tem como objectivo principal a promoção da construção ou da aquisição de fogos para habitação dos seus membros e a reparação ou remodelação dos mesmos.

2 — Acessoriamente, a cooperativa deverá promover outras iniciativas de interesse para os cooperadores nos domínios: social, cultural, material e de qualidade de vida, designadamente organizando postos de abastecimento, lavandarias, serviços de limpeza e arranjos domésticos, creches e infantários, salas de estudo, salas e campos de jogos, lares para a terceira idade e centros de dia, ou outros serviços locais de promoção sócio-cultural.

ARTIGO 6.º

Regime de propriedade

1 — As habitações adquiridas ou construídas pela Cooperativa, serão atribuídas aos cooperadores no regime de propriedade individual.

2 — A Cooperativa poderá optar também pelo regime de propriedade colectiva, com manutenção na Cooperativa da propriedade dos fogos, se porventura o achar conveniente.

3 — No regime de propriedade individual dos fogos, o direito de propriedade é transmitido pela Cooperativa aos cooperadores, mediante um contrato de compra e venda.

CAPÍTULO II

Capital e fundos sociais

SECÇÃO I

Capital

ARTIGO 7.º

Capital social

1 — O capital social é variável e ilimitado sendo constituído por títulos nominativos de quinhentos escudos cada um, considerando que